



Carta aberta à comunidade escolar do Colégio Equipe,

Nós, educadores do Colégio Equipe – de dentro e fora da sala de aula –, iniciamos, no mês de março, uma série de reuniões com o intuito de debater e pensar posicionamentos e mobilizações a respeito das mudanças que estão em curso em nosso país, especificamente, o futuro das condições de trabalho.

Esta carta visa manifestar nossa profunda preocupação com a perda de direitos há muito conquistados, em especial nosso repúdio à reforma da previdência PEC 287/2016 e ao projeto de lei da terceirização PL 4302, pois entendemos que tais propostas violentam os direitos constitucionais dos trabalhadores e representam um ataque à educação na medida em que precarizam as relações de trabalho em todas as áreas da escola.

A reforma da previdência estipula aposentadoria por idade, após os 65 anos, não diferenciando homens de mulheres ou trabalho rural de urbano. Além disso, propõe a ampliação da exigência do tempo de contribuição de 15 para 25 anos, a obrigatoriedade de 49 anos de trabalho ininterrupto para a obtenção de aposentadoria integral, e o aumento da idade mínima, considerando cálculo da expectativa de vida a ser definida pelo IBGE. A reforma penaliza todos os trabalhadores que, na prática, terão que trabalhar até o fim de suas vidas.

A reforma da previdência ainda pretende acabar com a aposentadoria especial do professor, um dispositivo constitucional de 1981, referendado pela Constituição de 1988. Pelas regras atuais, os professores que trabalham na educação básica têm a garantia de redução de cinco anos de contribuição mínima para se aposentar. Com a reforma proposta, esse dispositivo deixa de valer e todos deverão trabalhar até no mínimo 65 anos, além dos 49 anos ininterruptos de contribuição para que se possa receber aposentadoria integral.

Será possível terminar nossas carreiras na profissão que escolhemos e à qual dedicamos as nossas vidas?

As possíveis implicações da terceirização das atividades-fim são das mais funestas e, no campo da educação, trazem consequências graves para a formação dos alunos. Não será mais obrigatório às escolas que empreguem seus professores e funcionários, o que não só pode nos privar de direitos como férias remuneradas, licença-maternidade, décimo terceiro salário, FGTS, como

também pode destruir, com professores e funcionários volantes e terceirizados, o vínculo tão importante que se estabelece com a comunidade escolar.

Estamos sendo ainda atingidos por propostas que vão de encontro a uma educação democrática, crítica e baseada no diálogo. A Reforma do Ensino Médio, aprovada sem nenhuma discussão com a comunidade escolar, e o Movimento “Escola Sem Partido” são outros exemplos da precarização da nossa categoria.

Por isso, em assembleia, decidimos marcar nosso posicionamento e participarmos ativamente da mobilização do dia 31 de março. Viremos todos com roupa preta à escola, assinalando a idade em que nos aposentaremos caso passe a reforma da previdência. Além disso, optamos por uma paralisação parcial, das 12h às 14h, para que possamos nos reunir e conversar sobre as mudanças em curso e pensarmos juntos maneiras de nos posicionarmos.

Nós, educadores do Colégio Equipe, professores e funcionários, firmamo-nos como defensores da educação crítica e problematizadora e a favor de um projeto político pedagógico que pense a escola como um agente de mudança social e construção de um país mais justo e democrático.

Trabalhadoras e trabalhadores do Colégio Equipe

29 de março de 2017